



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

HISTÓRIAS QUE NINGUÉM CONTA A DUPLA OPRESSÃO PRESENTE NO COTIDIANO DE MULHERES LÉSBICAS: A LUTA POR VOZ E RECONHECIMENTO

GRACIELLY PAULINO DE SOUZA¹
ANDERSON NAYAN SOARES DE FREITAS²

Resumo: Trazemos como proposta do artigo debater sobre a violência invisibilizada que atua no cotidiano de mulheres lésbicas. Procurando entender os conceitos de gênero, patriarcado e heteronormatividade, observando como esses atuam no cotidiano. Trabalhando as categorias e trazendo as suas diversas formas de materialização, trazendo dados de pesquisas individuais sobre lesbofobia e lesbocídio, objetivando entender e debater sobre o tipo duplo de opressão presente nas relações homoafetivas entre mulheres lésbicas.

Palavras-chave: lesbofobia; violência; lesbocídio.

Abstract: We bring as a proposal of the article to debate about the invisible violence that acts in the daily life of lesbian women. Seeking to understand the concepts of gender, patriarchy and heteronormativity, observing how they act in daily life. Working the categories and bringing their various forms of materialization, bringing data from individual research on lesbophobia and lesbocídio, aiming to understand and debate about the double type of oppression present in homoaffective relationships among lesbian women.

Keywords: lesbophobia; violence; lesbocídio.

I. INTRODUÇÃO

A compreensão, portanto, que essa sociabilidade capitalista está baseada e fundamentada em três contradições centrais - classe, raça e sexo - dá base ao nosso trabalho monográfico, pois é preciso, assim como afirma Saffioti (2015), analisar essas relações como fundidas e enoveladas em um nó. É com base nesse entendimento que trabalhamos com a perspectiva teórica desenvolvida pela feminista francófona Danièle Kergoat (2010): consubstancialidade das relações de classe, raça e sexo.

Destarte, os preconceitos e intolerância, neste modelo de organização social, são utilizados como instrumentos de fortalecimento das opressões e das desigualdades sociais próprias desse sistema. Eles são frutos da estrutura da

¹ Estudante de Graduação. Instituto Federal do Ceará. E-mail: <graci.iguatu@gmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Instituto Federal do Ceará.

vida cotidiana alienada (HELLER, 1989), atuando sob bases afetivas e irracionais com dimensões individuais e sociais - individual na medida em que os sujeitos, individualmente, são reprodutores dos preconceitos; e social, pois são produtos da alienação da vida cotidiana. Ainda para HELLER (1977, p. 7), o cotidiano é o “mundo da vida” que se materializa a partir do movimento dialético: “[...] é o mundo das objetivações”. A estrutura da vida cotidiana tem como “base de todas as reações espontâneas dos homens ao seu ambiente social, na qual, frequentemente parece atuar de forma caótica” (LUKÁCS apud HELLER, 1977, p. 12).

Para analisarmos como a violência e suas formas de manifestação se materializa no cotidiano de mulheres lésbicas, utilizaremos o conceito de violência para Arendt (2004, p. 35) “a violência aparece onde o poder esteja em perigo”, ou seja, o poder em que a sociedade patriarcal exerce sobre as mulheres e ainda mulheres lésbicas que divergem da heteronormatividade estão expostas de diferentes maneiras.

Para marxistas a violência surge como expressão da “questão social”, advinda da acumulação do capital, a partir da exploração da classe trabalhadora, se beneficiando da pobreza e desigualdade.

Nesse sentido, nas sociedades capitalistas, a pobreza e a desigualdade estão vinculadas ao processo de acumulação, o que possibilita afirmar que o próprio sistema capitalista se fundamenta em formas violentas de reprodução (NETTO, 2007). E ainda se beneficiando das diversas formas de manifestação da violência, como o caso da lesbofobia, que se caracteriza por ser um termo empregado para caracterizar os efeitos degradantes da hierarquia da heteronormatividade e de padrões socialmente construídos que incidem sobre as mulheres de orientação sexual e práticas homoafetivas, por compreender que ela abarca com mais qualidade a opressão sobre a orientação sexual e identidade de gênero.

Observando o avanço do capitalismo e considerando que a sociedade burguesa integra na modernidade uma das mais complexas sociedades – produto de relações sociais, partiu-se da análise que em decorrência do avanço e consolidação desse sistema, a sociedade se imbricou com outros determinantes sociais para a sua materialização, por intermédio do patriarcado;

ou seja, o capitalismo se apropriou da diversidade de raça/etnia, gênero, sexualidade e classe para a sua formação, fazendo uso, até os dias atuais, dessas diferenças para a geração de desigualdades – intrínsecas a esse modelo de desenvolvimento econômico.

A análise sobre a realidade desse contingente populacional na sociedade de classe – as mulheres lésbicas constroem sua identidade no gênero feminino, ou seja, gênero esse que tem toda uma carga histórica perpassada de desigualdades sociais, necessitando de mecanismos para pensar em estratégias de romper com as dimensões da exploração e opressão que sofrem na sociedade capitalista, a fim de “perceber o sujeito da classe trabalhadora em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades” (CISNE, 2014, p. 30).

Entender as distinções que a população de mulheres lésbicas sofre nesse modelo de sociedade, para pensar a transformação e sua consequente superação, são ações que fazem parte da luta de classe. De fato, não se deve desestimar as lutas anti-patriarcais, antirracistas, antissexistas, compreendendo que estas são enfrentamentos que tem suas especificidades e que geram tensionamento face ao capitalismo, no qual se tem como grande desafio a unidade política dessas pautas em torno da transformação social. Nas sociedades em que vivemos vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista __, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza (NETTO, 2007, p. 145).

Os motivos que nos levaram a centrar a análise desse fenômeno com mulheres lésbicas, inicialmente, por curiosidade de estudar como a violência é materializada no cotidiano dessas mulheres que para além do machismo, enfrentam o peso do lesbocídio por ousarem amar outra mulher nesse sistema que oprime e obriga a seguir padrões, além de na área acadêmica ainda haver poucas produções teóricas sobre a temática, já que a opressão vivenciada por mulheres lésbicas é diferente da opressão vivenciada por homens gays, transgêneros, transexuais, bissexuais etc. Acreditamos que, da r importância

vez e voz a essas mulheres estaremos contribuindo para a pesquisa acadêmica.

Por isso, entendemos que a relevância social desse trabalho se coloca a partir da perspectiva de que produzir sobre as opressões e aprofundar os conhecimentos sobre elas é parte fundamental no seu processo de desconstrução, tendo em vista que, como nos traz Heller (1989), a saída do âmbito da vida cotidiana alienada para a dimensão humano-genérica exige conhecimento crítico sobre a realidade. Acreditamos, com isso, estar contribuindo para o (a) leitor (a) desvelar criticamente as opressões cotidianas e contribuir com a sua superação objetivando contribuir para o (a) leitor (a) desvelar criticamente as opressões cotidianas e contribuir com a sua superação.

II. GÊNERO E PATRIARCADO COMO CHAVES DE COMPREENSÃO DA EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO

Desejamos aqui compreender as variadas formas e determinações de opressão e violência que recaem sobre essas mulheres, sendo preciso aprofundar o debate acerca de algumas categorias, como estruturantes nas relações entre mulheres lésbicas, como a categoria gênero e patriarcado. Dessa forma, Saffioti (2004) nos coloca as várias formas de pensamentos de estudiosas (os) feministas e não feministas que estudaram o conceito da categoria gênero. Assim, notamos muitas formas diferentes de análise e pouco consenso entre os conceitos apresentados.

Para Oliveira (2016, p. 50) o conceito de gênero possui suas disputas ideológicas e conseqüentemente conceituais em vários pontos, como no marxismo, pós-modernidade e do pós-estruturalismo.

A categoria “gênero” tanto passa por críticas pelas pós-estruturalistas, na qual algumas defendem o aprofundamento da referida categoria e outras a desconstrução de “gênero”, bem como por críticas das autoras francófonas, que defendem a utilização do conceito de relações sociais de sexo.

Segundo Saffioti (2004), o conceito de “gênero” no Brasil tem suas raízes nas formulações de Joan Scott, com forte difusão do conceito nos anos

1990. Ainda, segundo a referida autora, o “gênero” é um conceito aberto, repleto de interpretações e significados, pois se tratar de uma categoria histórica fruto do esforço de diversas pessoas engajadas nos estudos que lhes são próprios. Nesse sentido,

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1998); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher. (SAFFIOTI, 2004, p. 45 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 51)

A análise da categoria gênero, como já dito, tem início a partir de alguns marcos teóricos, construídos historicamente que servirá como base na construção dessa pesquisa, assim como as categorias das relações patriarcais de gênero e heterossexualidade como ideologia sendo base no estudo sobre a lesbianidade.

As relações patriarcais de gênero é uma categoria mais ampla, algo maior do que simplesmente uma ideologia, por isso torna-se necessário a difusão entre gênero e patriarcado de forma dialética e historicizando. De acordo com Saffioti (2004, p. 45) esse conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual

Assim, nos é mostrado que não é possível pensar a categoria gênero de forma isolada, por acreditar que, somente essa categoria não apresenta os limites e possibilidades de pensar nas desigualdades existentes entre homens e mulheres socialmente e explicar a realidade social. Neste sentido, “não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, a-político e pretensamente neutro” (SAFFIOTI, 2004, p. 138).

Assim como a categoria gênero, o patriarcado passou por diversos recortes teóricos e ideológicos. Saffioti (2004) nos diz que a palavra patriarcado foi substituída por diversos novos conceitos, para não poder relacionar ou mencionar o conceito que foi atribuído para as diversas manifestações do poder patriarcal em sociedade. Para Saffioti (2004, p. 54) mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Dessa forma o patriarcado

também tem sua origem histórica e social, quando a importância de sua manutenção e criação de novos mecanismos e opressão e exploração dos homens sobre as mulheres, são pautados em uma construção heterossexista, tendo a heterossexualidade como ideologia. Saffioti (2004, p. 104) define patriarcado como sendo,

[...] patriarcado como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existentes, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter sobre as mulheres. (SAFFIOTI, 2004, p. 104).

Saffioti (2004), ao sistematizar e categorizar o patriarcado em sociedade elenca suas finalidades e formas ao longo de sua trajetória, sendo eles:

- 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição [...]
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – tem uma base material;
- 5 – corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Aqui a autora nos coloca as particularidades e importância de se estudar essas categorias, como o patriarcado toma toda a estrutura social, se utilizando para além do Estado, as relações sociais para reprodução e consolidação da opressão. Configurando-se como um sistema atrelado ao sistema social vigente e corporificando nas expressões de violência expressas no cotidiano de todos (as) aqueles (as) que ousam ir contra o sistema patriarcal e heterossexual; e suas formas de representação.

Certamente, o patriarcado e o sistema capitalista se completam seus objetivos de forma interligada e articulada. Durante os anos 70, no período da segunda onda feminista a concepção de patriarcado muda e vai além de o parentesco entre o poder do pai sob a filha. E nesse momento, a teoria passa por diversas modificações e reestruturação, afim de compreender melhor e analisar seus rebatimentos na vida das mulheres. Em sua análise, (Delphy 2009, *apud* OLIVEIRA 2016) considera que tais reformulações deram novos sentidos para o conceito de patriarcado em momentos enovelado ao capitalismo e ao racismo, agindo cada qual com suas particularidades. Para Oliveira (2016, p. 55),

O patriarcado mostra-se como uma categoria histórica que tem sua expressão na opressão e exploração dos homens sobre as mulheres

e os sujeitos da diversidade. Tal opressão foi construída mediante as bases materiais sociais, culturais, econômicas, ideológicas e políticas. Portanto, o patriarcado assenta-se no modelo econômico capitalista de forma mais intensa. Historicamente, o patriarcado construiu modelos e atribuições para homens e mulheres; características atribuídas na “virilidade”, destinada aos homens, e feminidade, destinada às mulheres. A virilidade centra-se no fato da sociedade ter designado tais características ao sexo masculino, como, por exemplo, o fato de ter um “pênis” estabelece normas hierárquicas, onde o homem é o dono do poder – o que pode ser explicado na naturalização do sexo.

Aos homens é dado o privilégio de serem opressores de acordo com os genitais com o qual nascemos já se escolhe uma cor representativa do que é o masculino, forte e viril; e o feminino, delicado e acolhedor. Criam-se modos de criação onde as personalidades são fortemente influenciadas para serem fortes e insensíveis; e frágeis e subordinadas. Dessa forma temos sempre a mulher como uma parte invisível sob os homens. Cisne (2014, p. 83) destaca que “a família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe”.

A seguir veremos a trajetória histórica das mulheres desde os primórdios, passando pelo Movimento Sufragista e as três ondas feministas no Brasil, buscando demonstrar que toda a trajetória de denúncias em sociedade foi de luta e (des) construção, mesmo dentro de partidos, sindicatos e coletivos de esquerda.

III. HETERONORMATIVIDADE COMO IDEOLOGIA: “cada palavra deve passar pelo crivo da crítica”

Rich (2010, p. 17-44), salienta que a heterossexualidade é politicamente compulsória, o que significa um intenso processo de convencimento cultural em políticas familiares e educacionais.

Caracterizando- se como uma política de invisibilidade da mulher e na exclusão de um feminino. Para (Swain 2010, p.45).

“Diferença de sexos” é uma categoria fundadora da heterossexualidade compulsória, carregando a ideia de que os corpos sexuados são determinantes do papel e *status* no social e de que a “natureza” define a importância dos seres humanos de acordo com a sua biologia.

A heterossexualidade compulsória deixa marcada a posição social entre homens e mulheres, colocando em maior visibilidade aquele que detém o poder sob o sexo feminino. Atuando em relação as mulheres lésbicas, acaba por excluir ou ter um olhar desviante socialmente as que ousam contra a ideologia heterossexista, sendo marginalizadas e até mesmo invisibilizadas socialmente e ainda pelo Estado quando não existem dados sobre essa dupla opressão da mulher lésbica ou políticas públicas.

Assim, atuando como uma formação política se afirmando em todos os setores sociais como, na divisão do trabalho e sua remuneração desigual, nas esferas de empresas públicas e /ou privadas e nas relações sociais de sexo em geral, sendo o masculino mais valorizado que o feminino em todas as esferas.

Atuando de forma tão naturalizada a heterossexualidade, se torna uma estratégia para manutenção da opressão como base de exploração do feminino. Dessa forma duas mulheres que não seguem os relacionamentos heteronormativos e se tornam mulheres desviantes, já que não cumprem com seu “papel social” de matriarca e de filhos (as), são motivos de repúdio da mesma forma se não tiverem um homem do lado, para Tânia Navarro Swain,

O compulsório “natural” da heterossexualidade, dessa maneira, abre espaço para todas as violências, transformando seres humanos em corpos sexuais: os disponíveis (o feminino) para outrem (o masculino). SWAIN (2010, p. 50)

O viés natural da heterossexualidade abre portas para todas as formas de violência colocando os corpos apenas como reprodutores de prazer.

Segundo Swain (2010 *apud* PETERMAN, 1998), é preciso nomear o que usualmente fica no domínio do não dito: é na materialidade das relações sociais que se institui o masculino, construindo-se a classe dos homens.

Adriene Rich, em seus escritos lança ainda o termo *continuum* lésbico, que segundo Swain (2010, p. 9) é uma categoria que se torna, invisibilizada pela heterossexualidade compulsória. É assim que a autora define *continuum lésbico*, ou seja, toda a gama de experiências do ser mulher e das relações afetivas mantidas entre as mulheres, sem que isso signifique necessariamente relações sexuais, o que caracterizaria, no senso comum, relações lésbicas.

Dessa forma as reações de amizade e companheirismo, tem sido amplamente apagadas pela história assim como as relações afetivossexuais

que se tornam cada vez mais excluídas por irem de frente contra as relações hierárquicas da heterossexualidade.

Historicamente a luta das mulheres são colocadas de forma secundária nas relações sociais, ate mesmo dentro de organizações sociais e políticas de esquerda. Para Souza-Lobo (2011, p. 212) sistematiza alguns dos impasses e equívocos presentes na relação entre feminismo e socialismo:

1. A opressão das mulheres refletia a exploração de classe na sociedade capitalista, deixando, pois, de existir numa sociedade socialista.
2. A desigualdade entre homens e mulheres se fundava no acesso ao trabalho assalariado. Tratava-se, pois, de integrar as mulheres ao mercado de trabalho e incentivar sua participação política.
3. A questão organizativa –as associações, departamentos femininos, –como a maioria das organizações de massa criadas e propostas pelos P.Cs do período, padecia de um monolitismo rigoroso, imposto pelo Komintern, que limitava, quando não paralisava sua ação dilemas e equívocos.

Muitas feministas e operárias denunciavam a organização tradicional dos partidos de esquerda que secundarizavam as pautas específicas das mulheres, segundo Souza-Lobo (2011, p. 212) “essas de denúncias, no entanto, foram silenciadas –desde 1880 –em nome da tese de que a opressão das mulheres é produto da sociedade e de que, por conseguinte, a revolução social significaria automaticamente o fim da sua opressão”.

Dessa forma, observamos que ao longo da luta das mulheres a heterossexualidade compulsória age de forma a apagar a luta das mulheres, “uma vez controlados os processos de construção do saber e o acesso a eles, é muito fácil negar a existência da criatividade e da presença incontornável das mulheres na história”. Swain (2010, p.53).

IV. LESBOCÍDIO: a invisibilidade como fator de opressão

Em 1980, o jornalista Omar Cupini Júnior anuncia a perseguição a mulheres lésbicas em São Paulo, buscando apreender especificamente as “sapatonas”, que frequentavam locais destinados às mulheres que possuíam a afetividade voltada ao mesmo sexo.

Atualmente no ano de 2017 não vemos campanhas de formas tão explícitas sobre a perseguição a mulheres lésbicas. Ora, se o Brasil é um dos

países que mais matam LGBT's³ no mundo, não sabemos quantas são as mulheres lésbicas nesse quantitativo. A invisibilidade da mulher lésbica está presente quando não encontramos dados registrados a nível de pesquisa, tendo em vista que a opressão que sofre as mulheres lésbicas não é a mesma que passa a população bissexual, homossexual, transexual e heterossexual.

As pesquisas que temos recentes são produzidas por mulheres pesquisadoras independentes, como o caso da plataforma Lésbicas que Pesquisam⁴ de forma independente, como também a plataforma digital Lesbocídio⁵.

A partir de dados levantados através do site Lesbocídio, identificamos as seguintes questões, uma das análises estatísticas realizadas pela plataforma, no ano de 2016 foram mortas 21 mulheres lésbicas. Quando se analisa as formas 43% das mortes não foram informadas as causas e 14% cometeram suicídio. Analisando a proximidade com os agressores 33% destes eram conhecidos das vítimas. Um recorte que ainda nos possibilita analisar o problema com maior precisão, são os comportamentos sociais das mulheres lésbicas, o dito feminino e masculino. A pesquisa mostra que, as mulheres que não se encaixam nos padrões de feminilidade estão mais propensas a sofrer violações. "Mulheres que se vestissem de homem podiam ser condenadas à morte, pois esta atitude representava então um elemento de perturbação na ordem do social, logo, do mundo." (SWAIN, 2007 p. 14).

Para Milena Carneiro, idealizadora estudante de Serviço Social da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) em entrevista ao Catraca Livre⁶, diz "Eu, enquanto lésbica não feminilizada, sofro agressões por ser lésbica desde

³ Sigla que representa Lésbicas, gays, travestis, transgêneros e transexuais.

⁴ Lésbicas que Pesquisam, é criada com o objetivo de mostrar a resistência acadêmica de pesquisadoras para dar acesso aos estudos e visibilidade.

⁵ A página lesbocídio, tem como objetivo receber as denúncias da lesbofobia a partir de denúncias online e anônimas reunindo história e dados desses crimes.

⁶ Projeto reúne dados de violência contra lésbicas no Brasil. Disponível em: < <https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/projeto-reune-dados-de-violencia-contra-lesbicas-no-brasil/>> Acesso em: 07 de dez. 2017.

que me entendo por gente. Ver o assassinato da Luana⁷ me instigou a refletir sobre onde estavam os outros casos".

Estudos recentes confirmam que, no Brasil, o segmento homossexual é excluído do circuito dos direitos em várias dimensões, especialmente quando se trata da constituição familiar não têm os mesmos direitos dos casais heterossexuais. Segundo o Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (2013), as violações denunciadas no período de 2013 verifica-se que, as violências psicológicas foram as mais denunciadas, com 40,1% do total, seguidas de discriminação, com 36,4%; e violências físicas, com 14,4%. Colaborando assim, para a manutenção da naturalização da violência e invisibilidade.

Segundo o relatório de violência homofóbica do Governo Federal (2013, p.10), no ano de 2013 foram registradas 1.965 denúncias pelo Disque Direitos Humanos, que detalhamos logo mais abaixo,

Considerando os meses das denúncias registradas no Disque Direitos Humanos (Disque 100), no ano de 2013, percebe-se uma clara tendência de redução das denúncias a cada mês. Cabe ressaltar que redução das denúncias não necessariamente tenha como única variável explicativa a não ligação. Variáveis como a falta de manutenção de campanhas de divulgação pelos entes federativos e o alcance restrito desse meio de denúncia que possui dificuldades de acessar municípios de menor porte são causas possíveis de flutuação na taxa de denúncia.

Desde cedo, as mulheres lésbicas são, em grande parte, hostilizadas pela própria família, expulsas de casa, da escola, do trabalho e sofrem discriminação pela sociedade – vidas cuja existência são atravessadas por muitas formas de opressão e exploração. Tais mecanismos de desumanização trazem diversas consequências para essas sujeitas, onde lhes são negadas o direito de amar outra mulher.

Escrever sobre sexualidade em um campo histórico e político significa entender através do campo cultura e conjunturalmente todos os estigmas que giram ao redor do tema proposto. Para Foucault (1988), a sexualidade é um dispositivo histórico, o que significa dizer que dela decorre um conjunto de

⁷A história de Luana: mãe, negra, pobre e lésbica, ela morreu após ser espancada por três PMs <https://ponte.org/a-historia-de-luana-mae-negra-pobre-e-lesbica-ela-morreu-apos-ser-espancada-por-tres-pms/> Acesso em: 09 de dez de 2017.

elementos que estrategicamente produzem algo, uma invenção social constituída através de discursos sobre o sexo que regularizam, normatizam, instituem saberes e produzem “verdades”.

Dada as formas de invisibilização, a partir de julgamentos morais, a falta de políticas públicas e a criação de políticas higienistas, insistem até hoje em ter um controle sobre a sexualidade e suas formas de expressão. Desde cedo mulheres lésbicas tem seus corpos invadidos e esquecidos. Ao longo da história, foi utilizada para a caracterização de adoecimento, como também foi muito usada para patologização e estigmatização (estigmas estes que refletem em paradigmas da atualidade) de comportamentos considerados indesejáveis pela sociedade.

Segundo o GGB⁸, o Brasil é campeão mundial em crimes contra LGBT, com um assassinato a cada dois dias e aproximadamente 200 crimes por motivação homofóbica por ano. De 1980 a 2009, foram documentados 3.196 assassinatos de LGBT no Brasil, 18% na década de 1980, 45% nos anos 1990 e 37% (1.366 casos) a partir de 2000 (GGB, 2010), o que denota uma dificuldade de reverter a tendência de recrudescimento desse tipo de violência. Em relatório anterior, o mesmo grupo diz que em sua maior parte as vítimas de crimes homofóbicos: 72% eram gays, 25% travestis e 3% lésbicas (BRASIL, 2008).

Grande parte desses dados não é oficializada já que, no país que mais mata LGBT's a LGBTfobia não se configura como crime, o que pode levar a um aumento de casos de crime de ódio contra essa população. Apesar das diversas limitações encontradas cada vez mais essa violência tem chamado a atenção de ativistas, estudantes e pesquisadores.

Os dados da violência LGBTfóbica ainda nos preocupa em razão do aumento da vulnerabilidade da segurança pública de grupos sociais como mulheres, negros (as), LGBT's e jovens. Segundo os Princípios de Yogyakarta, afirma que a violação de direitos humanos a partir da identidade de gênero e orientação sexual, incluem diversos tipos de abuso e discriminação

⁸ Grupo Gay da Bahia.

“o rol dessas violações inclui execuções extra-judiciais, tortura e maus tratos, agressões sexuais e estupro, invasão de privacidade, detenção arbitrária, negação de oportunidades de emprego e educação e sérias discriminações em relação ao gozo de outros direitos humanos” (BRASIL, s/d, p. 7).

Utilizaremos o termo lesbofobia⁹ por ser um termo empregado para caracterizar os efeitos degradantes da hierarquia da heteronormatividade e de padrões socialmente construídos que incidem sobre as mulheres de orientação sexual e práticas homoafetivas, por compreender que ela abarca com mais qualidade a opressão sobre a orientação sexual e identidade de gênero, tendo em vista que a opressão que as mulheres lésbicas sofrem não é a mesma que os homens *gays*, as pessoas bissexuais, tampouco a que as pessoas *trans* sofrem, portanto, é preciso problematizar essa opressão para além da homofobia, compreendendo as particularidades dessas sujeitas, Safiotti (2004, p.48) traz em seu livro *Gênero, Patriarcado e Violência* como, “a língua é um fenômeno social, e, portanto sujeito a permanentemente a mudanças, é interessante criar novas palavras, que expurguem o sexismo”. Por tanto, utilizaremos a palavra “sujeitas”, como uma forma de afirmar o gênero feminino em sua forma gramatical, cultural e política.

Vivendo em uma sociedade onde a opressão dos homens sobre as mulheres se perpetua além do aspecto domiciliar e doméstico, se manifestando em instâncias como estado, escola e política. É de grande importância para o Serviço Social¹⁰ compreender como as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam socialmente e como essas desigualdades violam os direitos das mulheres e as oprimem. Segundo Cisne (2012, p.21)

A análise das relações sociais de gênero é de fundamental importância para o Serviço Social, seja pela histórica marca feminina da profissão— com todas as suas determinações e implicações à

⁹ Lesbofobia aqui é compreendida como violência que perpassa a vida de mulheres lésbicas que não se sujeitam a relações heterossexuais.

¹⁰ Compreender o Serviço social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, significa apreendê-lo como instituição inserida na sociedade. Inserção que, conforme Iamamoto e Carvalho (1995, p. 73), implica considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes: “como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional, como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais. Cabe assinalar que estes dois ângulos constituem uma unidade contraditória, podendo ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz. É importante também ter presente que o Serviço Social, como instituição.

categoria profissional -, seja pelo caráter de trabalhar inserido nas relações sociais, das quais, gênero compõe uma das dimensões fundamentais.

De acordo com o VIII princípio fundamental do Código de ética do/da Assistente Social (2011, p.24), que diz que a categoria profissional deve ter “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, se torna importante acumular conhecimento no campo dos movimentos sociais, a fim de somar forças para a construção dessa nova sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, ao analisar a história de mulheres e mulheres que possuem uma conduta afetivo- sexual com o mesmo gênero, podemos observar a omissão presente no cotidiano ainda que, não exista a divulgação quantitativa de dados específicos com esse segmento populacional. Onde, os dados apresentados foram retirados de plataformas com iniciativas individuais de pesquisadoras que se sentiam excluídas e com a violência cada vez mais presente no cotidiano. Entendendo que a relevância social desse trabalho se coloca a partir da perspectiva de que produzir sobre as opressões e aprofundar os conhecimentos sobre elas é parte fundamental no seu processo de desconstrução, sua importância no que se refere a fomentar as análises críticas para a formação profissional dos (as) assistentes sociais, e sobre a realidade dessa população, na perspectiva de fornecer elementos na luta e para defesa dos direitos e na construção de uma sociedade sem preconceito e/ou qualquer forma de opressão e exploração, pois se tem aí princípios e valores que servem de direção na busca de estratégias para o enfrentamento da hegemonia conservadora, e a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, n. 86, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Revista Bagoas**, n.5, [1980], 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf> Acesso em: 10 jan. 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SENALLE. **VI Relatório final Seminário Nacional de Lésbicas**. Recife, 2016. p. 13.

SWAIN, Tania Navarro. **Desfazendo o “natural”**: a heterossexualidade compulsória e o continuum lesbiano. 2010.